

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO

1. SERVIÇOS PRELIMINARES:

Placa de obra:

A Contratada deverá fornecer e instalar uma placa de obra com dimensões de 2,50 x 2,00 m, conforme modelo indicado no Anexo IX, sendo que a mesma deverá ser fixada em local de fácil visualização, a ser definido pela fiscalização DAAE. A fixação da placa de obra deverá ser através do emprego de vigas e terças de madeira com 2,50 metros acima do nível do terreno, ou utilizando outro material aprovado pela fiscalização DAAE.

Canteiro de obras:

A Contratada deverá instalar um canteiro de obras, sendo que as áreas de vivência do canteiro devem atender aos critérios da NR 18 e NBR 12284/91. Em caso de utilização de contêineres, estes devem possuir proteção contra riscos de choque elétrico por contatos indiretos, além do aterramento elétrico.

Banheiro:

O local possui banheiros, que são utilizados por servidores desta autarquia, não sendo autorizado a utilização dos mesmos por terceiros contratados. Desta forma a Contratada deverá disponibilizar banheiros, do tipo químico, para seus colaboradores.

2. CONDIÇÕES GERAIS:

GENERALIDADES

Para elaboração do projeto do Sistema de Proteção e Combate a Incêndio, foi previsto isolamento de risco entre as edificações que possuem menos de 750,00 m² cada. Para isso, foi utilizada a tabela nº 05 do decreto 63.919/2018.

A proteção e defesa das edificações contra incêndio, serão asseguradas pelos sistemas de:

- Saídas de emergência;
- Iluminação de emergência;
- Sinalização de emergência;
- Extintores de Incêndio.

3. EQUIPAMENTOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCENDIO:

Os equipamentos obedecerão ao disposto a respeito nas posturas da Municipalização e Corpo de Bombeiros local, bem como as indicações de projetos/desenhos.

4. SAÍDAS DE EMERGÊNCIA:

(De acordo com a Instrução Técnica nº 11/19)

Considerações:

Nas rotas de fuga não se admite portas de enrolar ou de correr, exceto quando esta for utilizada somente como porta de segurança da edificação, devendo permanecer aberta, desde que haja compromisso do responsável pelo uso, através do termo responsabilidade das saídas de emergência. Nesse caso, deve haver internamente portas de saídas, abrindo no sentido de fuga.

5. ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO):

(De acordo com a Instrução Técnica nº 18/19)

O sistema de ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA será composto por luminárias de aclaramento com lâmpadas incandescentes de 24 V ou equivalente que serão ligadas à rede elétrica da edificação em 127 V ou 220 V, com autonomia mínima de 1 hora, sendo acionadas automaticamente quando ocorrer interrupção de energia elétrica, que passa a ser acionada pela bateria de acumulação automaticamente.

RECOMENDAÇÕES BÁSICAS: Recomenda-se colocar uma marca (etiqueta ou inscrição) em cada soquete, indicando a potência máxima da lâmpada a ser instalada, para evitar que possam ser substituídas por outras de maior potência, comprometendo o funcionamento do sistema.

1. As baterias utilizadas devem garantir uma vida útil de 2 anos de uso com perda de capacidade máxima de 10% do valor exigido na instalação.
2. No caso de instalação aparente as tubulações e as caixas de passagem devem ser metálicas ou em PVC rígido anti-chama, conforme a NBR 6150:1980.
3. A fiação elétrica será dimensionada de modo que a tensão no ponto mais desfavorável seja inferior a 6% com bitola superior a 2,5 mm² e isolamento resistente à temperatura e a propagação de chamas.

6. SINALIZAÇÃO DE EMERGENCIA

(De acordo com a Instrução Técnica nº 20/19)

A sinalização de emergência tem como finalidade reduzir o risco de ocorrência de incêndio, alertando para os riscos existentes e garantir que sejam adotadas ações adequadas à situação de risco, que orientem as ações de combate e facilitem a localização dos equipamentos e das rotas de saída para abandono seguro da edificação em caso de incêndio. A sinalização básica de emergência deve ser composta por placas indicativas dos equipamentos de proteção e combate a incêndio, por meio de símbolos, mensagens e cores, que deverão ser alocados convenientemente no interior da edificação e áreas de risco, segundo os critérios da instrução técnica.

7. SISTEMA DE PROTEÇÃO POR EXTINTORES DE INCÊNDIO

(De acordo com a Instrução Técnica nº 21/19)

Esta Instrução Técnica estabelece critérios para proteção contra incêndio em edificações e áreas de risco por meio de extintores de incêndio (portáteis ou sobre rodas), atendendo ao previsto no Decreto Estadual nº 63.911/19.

Capacidade extintora: A capacidade extintora mínima de cada tipo de extintor portátil, para que se constitua uma unidade extintora, deve ser:

- Carga d'água: um extintor com capacidade extintora de, no mínimo, 2-A;
- Carga de Pó BC: um extintor com capacidade extintora de, no mínimo, 20-B : C;

Os extintores devem ser distribuídos de tal forma que o operador não percorra mais que 20,00 m.

Recomendações: Os extintores não devem ser instalados em escadas. Devem estar desobstruídos e devidamente sinalizados de acordo com o estabelecido na IT 20.

É permitida a instalação de extintores sobre o piso acabado, desde que permaneçam apoiados em suportes apropriados, com altura recomendada entre 0,10 m e 0,20 m do piso. Cada pavimento deve possuir, no mínimo, duas unidades extintoras, sendo uma para incêndio classe A e outra para incêndio classe B e C. É permitida a instalação de duas unidades extintoras iguais de pó ABC.

Gerência de Engenharia